

# historia: fronteiras



**Vol. II**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)

Volume II



# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

## OS “MINA” EM MINAS: AS “ÁFRICAS” NO BRASIL E A PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO

---

Hebe Maria Mattos  
*Universidade Federal Fluminense*

**E**sta mesa redonda se propõe a discutir uma questão que é hoje ponto de chegada para a maior parte dos estudiosos da história social do Brasil escravista: seus laços necessários com a história da África e a abordagem das questões relativas aos processos de reelaboração de classificações e identidades étnicas daí decorrentes. Se a questão não é propriamente nova no pensamento social e histórico brasileiro, tinha sido relativamente deixada de lado pela moderna historiografia sobre a escravidão, em função de abordagens que privilegiavam principalmente aspectos econômicos ou sócio-culturais produzidos no interior da sociedade escravista colonial.

Apesar disso, a influência da África na cultura negra no Brasil é um tema de larga tradição no pensamento social brasileiro. Nessa tradição, especialmente as identidades de língua e religião foram acionadas para definir grandes grupos culturais, recriados ou redefinidos no Brasil. Grosso modo, da própria geografia do tráfico desenharam-se, nesse contexto, basicamente dois grandes grupos de procedência:

Os “pretos” da Costa da Mina, entre os quais estavam os chamados “nagôs”, falantes de iorubá e praticantes da religião dos orixás, além dos “haussas”, relativamente islamizados e dos “jejes”, falantes das línguas jejes (aja-fon). E os escravos provenientes da África central (região Congo-Angola), onde múltiplos grupo étnicos, entre muitas rivalidades, compartilhavam a matriz lingüística banto e um campo religioso comum.

A relativa artificialidade e especialmente o caráter colonial das designações de procedência (“Mina”, “Congo”, “Angola” etc), que não reconheciam importantes diferenças étnicas, políticas, culturais e mesmo religiosas, não deixou de ser enfatizada pelos autores que trataram do tema. Numa perspectiva mais clássica, abstraindo as diferenças de abordagem entre os autores pioneiros, especialmente Silvio Romero, Nina Rodrigues, Artur Ramos e Roger Bastide<sup>1</sup>, pode-se considerar que estes privilegiaram, de uma maneira geral, o caráter de desestruturação que o tráfico e as rivalidades étnicas trazidas da África tiveram historicamente para a vivência cultural dos africanos escravizados, ao mesmo tempo em que acentuaram a influência dessas tradições mais envolventes, especialmente da sobrevivência de traços culturais banto e nagô, na construção das principais vertentes de uma cultura afro-brasileira, especialmente viva no âmbito das práticas mágicas e religiosas. Decorre, em parte, deste tipo de abordagem, toda uma discussão sobre os processos de “sincretismo”, conforme Roger Bastide, ou de mestiçagem cultural, num registro teórico mais afinado com algumas discussões recentes no âmbito da história cultural.

676

O tema retorna agora às preocupações da historiografia, numa perspectiva mais processualista. As designações étnicas e de origem, resignificadas no Brasil, nos informam sobre o olhar senhorial sobre os homens e mulheres aqui trazidos como escravos, em suas tentativas de classificá-los e compreendê-los. Por oposição, estas designações nos dizem também das matrizes culturais acionadas pelos cativos para se resocializarem na sociedade colonial e para nela atuarem individual e coletivamente.

Por exemplo, a matriz cultural comum aos grupos bantos tem sido valorizada como elemento comum à cultura escrava do sudeste cafeeiro, a partir da primeira metade do século XIX. Robert Slenes, em especial, enfatiza a proximidade lingüística e de visão do mundo (complexo ventura-desventura) dos diversos povos da África Central, no contexto demográfico do incremento do tráfico negreiro para as áreas cafeeiras (que produzia fazendas onde prevaleciam até 90% de africanos bantos), para a formação de uma verdadeira “proto-nação banto” no Vale do Paraíba

cafeeiro nas primeiras décadas do oitocentos e, mais tarde, de uma cultura escrava, marcadamente étnica, na segunda metade do século XIX<sup>2</sup>. De uma perspectiva mais demográfica, também Manolo Florentino e José Roberto Góes vão identificar matrizes culturais dos grupos bantos na recriação de práticas familiares e parentais entre as comunidades escravas do sudeste<sup>3</sup>.

Para o Recôncavo Baiano, os estudos sobre as relações do tráfico negreiro com as grandes revoltas de escravos do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX, especialmente os trabalhos de Stuart Schwartz e de João Reis, enfatizaram o papel político dos grupos lingüísticos da Costa da Mina, redefinidos no contexto colonial (haussás, jêjes, nagôs) para a articulação de cada uma das revoltas do período. Estes autores vão enfatizar, também, as possibilidades de aliança entre estes vários grupos, configurando uma nova identidade, ao mesmo tempo “escrava” e “africana”, que excluiu, entretanto, via de regra, os escravos crioulos (nascidos no Brasil)<sup>4</sup>.

Mesmo implicitamente, neste tipo de abordagem, uma concepção teórica de grupo étnico enquanto categoria historicamente definida a partir de seu caráter organizacional, relacional e contrastivo, conforme Fredrik Barth<sup>5</sup>, se faz presente. Para a sua compreensão, enquanto fenômeno histórico, a principal ênfase deve recair sobre o processo de delimitação das fronteiras étnicas a partir das quais cada grupo marca sua diferenciação.

Neste tipo de abordagem, portanto, um mesmo indivíduo escravizado ou forro pode acionar sua especificidade étnica de origem (e as possíveis rivalidades dela decorrentes) de várias maneiras, dependendo de sua situação relacional. É o que o trabalho de Mariza de Carvalho Soares enfatiza, por exemplo, em relação aos “maki (mahi)” no interior de irmandades religiosas de “pretos minas” no Rio de Janeiro do século XVIII<sup>6</sup>. Do mesmo modo, estes grandes grupos redefinidos na situação colonial podiam, em situações específicas, se identificarem com base na experiência comum do tráfico e da escravização, seja reconhecendo-se como “minas” face aos demais cativos ou mesmo como “africanos” face à sociedade colonial (conforme enfatizam Schwartz e João Reis). Também seus descendentes poderiam ou

não se tornarem socialmente “crioulos”, dependendo do tipo de inserção que tivessem na sociedade colonial e em sua cultura específica. Neste contexto, obviamente foram múltiplas as possibilidades de manipulação dessas identidades do ponto de vista das histórias e experiências individuais, o que, entretanto, não torna menos efetivos os grupos étnicos como matriz de ação social, desde que, nestes trânsitos, as fronteiras étnicas tenham sido reafirmadas ou atualizadas.

Deste modo, as matrizes culturais africanas passam a ser revalorizadas pela historiografia não apenas como traços ou sobrevivências culturais a serem empiricamente identificados, mas como gramática profunda para a ressocialização do africano escravizado na sociedade colonial, ou como identificações étnicas reelaboradas no espaço colonial como matrizes organizacionais de ação coletiva na sociedade escravista.

Neste sentido, para a pesquisa histórica mais recente torna-se essencial determinar as procedências dos africanos escravizados em cada região e período do Brasil escravista, a forma como eram percebidos e classificados pelo olhar senhorial em cada caso, bem como as formas como se auto-identificaram em diferentes situações sociais, buscando entender como se apropriavam dos signos da sociedade colonial e com ela se relacionavam. Para tanto, as denominações de procedência vigentes na sociedade colonial são um ponto de partida, reveladoras que são de um esforço de classificação e identificação dos escravizados, por parte dos grupos comerciais e senhoriais responsáveis pelo tráfico negreiro. Estas denominações, se foram primariamente simples referências a portos de embarque, tornaram-se em inúmeras situações tentativas bastante complexas de classificação e compreensão (nem sempre bem sucedidas) de determinados grupos escravizados.

Aceitando este desafio, os textos de Mariza Soares e Sylvia Lara aproximam-se com mais rigor dos “pretos minas”: rigor de tempo (a primeira metade do século XVIII), rigor de espaço (as Minas Gerais), lançando um pouco mais de luz na abordagem dos múltiplo significados dos processos de construção de fronteiras e categorias étnicas no mundo escravista colonial.

## NOTAS

<sup>1</sup> ROMERO, Cf. Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1949, (Col. Documentos Brasileiros, 24), 04 tomos; RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7ª ed., Brasília, Editora UNB. (Coleção Temas Brasileiros 40); RAMOS, Arthur. *As Culturas negras no Novo Mundo*. 4ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional. 1979. (Brasiliana, 249). BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. 3ª ed., São Paulo, 1989.

<sup>2</sup> Cf. SLENES, Robert W. "Malungo, Ngoma Vem! África coberta e descoberta no Brasil". In *Revista da USP*, nº 12, dez.-fev. 1991-1992, pp. 48-67 e *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Coleção Histórias do Brasil, no prelo.

<sup>3</sup> Cf. FLORENTINO, Manolo e GOES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

<sup>4</sup> Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras. cap. 17; REIS, João José. *O Levante dos Malês*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>5</sup> Cf. BARTH, F. (org.). *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Boston, Little Brown & Co., 1969.

<sup>6</sup> Cf. Mariza de Carvalho Soares. *Os Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (no prelo), originalmente Tese de Doutorado defendida no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro, 1997).